



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Estado do Paraná

MENSAGEM DE LEI Nº 90/2025.

Maringá, 01 de dezembro de 2025.

Exma. Senhora Presidente:

Encaminho para apreciação dessa honrosa Câmara Municipal o Projeto de Lei, que dispõe sobre a atualização da Lei nº 7.406/2006, com o objetivo de adequar sua redação à atual estrutura administrativa do Município, especialmente após a edição da Lei Complementar nº 1.318/2022, que instituiu a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente - SECRIANÇA.

A reorganização administrativa promovida pela referida lei complementar atribuiu à SECRIANÇA novas competências, entre as quais se destacam a assessoria técnica-administrativa ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a gestão do Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Em razão disso, tornou-se necessária a atualização da Lei nº 7.406/2006, que ainda mantinha dispositivos vinculados à antiga estrutura da Secretaria de Assistência Social.

Cumprе destacar que as alterações propostas possuem caráter meramente normativo e administrativo, não produzindo impacto financeiro para os cofres públicos. Tratam-se de ajustes necessários para conferir coerência, clareza e segurança jurídica ao texto legal, de modo a harmonizá-lo com a estrutura organizacional atualmente estabelecida pelo Município.

Diante da relevância da matéria e de sua contribuição para o aprimoramento da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, solicito a apreciação e aprovação do incluso Projeto de Lei por parte desta Casa Legislativa.

Renovo a Vossas Excelências meus protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

Excelentíssima Senhora:

MAJORIE CATHERINE CAPDEBOSCO

Presidente da Câmara Municipal de Maringá

N E S T A



Documento assinado eletronicamente por **Carmen Abilene Soriano Inocente, Secretário (a) da Criança e do Adolescente**, em 02/12/2025, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Renan Barros, Secretário (a) de Governo**, em 02/12/2025, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Magalhães Barros II, Prefeito Municipal**, em 02/12/2025, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7478214** e o código CRC **175409D2**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI

Autoria: Poder Executivo.

Altera o inciso IV do art. 6º; o caput e o § 2º do art. 7º; e o § 4º do art. 10 da Lei nº 7.406/2006, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O inciso IV do art. 6º da Lei nº 7.406/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

(...)

IV - fornecer os elementos e informações necessários à elaboração da proposta orçamentária para planos e programas, mediante diagnóstico apresentado pela Secretaria da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares; (NR)

Art. 2º O artigo 7º, caput e §2º, da Lei nº 7.406/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado, mas não subordinado a Secretaria da Criança e do Adolescente, é composto por 22 membros efetivos e mais 22 suplentes, sendo 11 representantes de órgãos públicos e 11 representantes de organizações não governamentais.

(...)

§ 2º (...)

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura - SEMUC;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde - SAÚDE;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Turismo - SAET;

V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas sobre Drogas e Pessoa Idosa - SAS;

VI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda - SEFAZ;

VII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação - SEURBH;

VIII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SEMOB;

IX - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SESP;

X - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente - SECRIANÇA;

XI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Juventude, Cidadania e Migrantes - SEJUC. (NR)

Art. 3º Os § 2º e 4º do artigo 10 da Lei nº 7.406/2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 (...)

§ 2º São fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - dotações consignadas no orçamento Municipal;

II - recursos destinados por pessoas físicas ou jurídicas no âmbito de incentivos fiscais legais;

III - outros recursos que lhe forem destinados por norma municipal, tais como de promoções específicas, apreensões ou abandonos de produtos, bens ou semoventes e de multas por infração a dispositivos contratuais regidos pela Lei nº 8.666/93;

IV - receitas da alienação de bens do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - multas e encargos de penalidades administrativas ou penais previstas nos arts. 228 a 258, da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme comanda o art. 214 da mesma lei;

VI - transferências financeiras do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - transferências financeiras do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - transferências voluntárias, doações, subvenções, auxílios, contribuições e legados de entidades governamentais;

IX - doações, auxílios, contribuições e legados de entidades não governamentais nacionais e outros organismos internacionais, sem intenção de compensação fiscal;

X - rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do próprio Fundo;

XI - rendas de outros ativos;

XII - outros recursos que lhe forem destinados.

(...)

§ 4º A contabilidade do Fundo será centralizada na contabilidade geral da Prefeitura do Município e terá como ordenador e delegatário dos atos decorrentes de tal capacidade executória a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente. (NR)

Art. 4º Fica incluído o § 6º no artigo 10 da Lei nº 7.406/2006, com a seguinte redação:

Art. 10 (...)

§ 6º O Fundo será gerido pelo Prefeito Municipal, em conjunto com o Secretário Municipal da Fazenda e o Secretária da Criança e do Adolescente, na forma definida no regimento interno. (AC)

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Silvio Magalhães Barros, 01 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carmen Abilene Soriano Inocente, Secretário (a) da Criança e do Adolescente**, em 02/12/2025, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Renan Barros, Secretário (a) de Governo**, em 02/12/2025, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Magalhães Barros II, Prefeito Municipal**, em 02/12/2025, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7478249** e o código CRC **B0780973**.